

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2018

Presidência do Deputado Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placas – Palavras do Pastor Nehemias Gaspar de Araújo – Apresentação Musical – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Vanderlei Miranda) – Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Igreja Assembleia de Deus de Betim pelos 80 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Revmos. Srs. Pastores José Rodrigues de Araújo, presidente emérito da Igreja Assembleia de Deus de Betim, e Nehemias Gaspar de Araújo, presidente da Igreja Assembleia de Deus de Betim; o Exmo. Sr. George Hilton, deputado federal; a Revma. Sra. Pastora Fátima Miranda, presidente do Ministério Chá com Deus, da Igreja Batista da

Lagoinha; e os Exmos. Srs. Vereadores Jair Di Gregório, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Elias Gaspar de Araújo, da Câmara Municipal de Betim.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Ricardo Oliveira, secretário regional da Sociedade Bíblica do Brasil.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Orquestra Triunfo, regida por Ananias Carvalho.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora ao vídeo sobre a fundação e a história da Igreja Assembleia de Deus de Betim.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Primeiro, quero dar graças a Deus por esta oportunidade, por esta reunião e pelo privilégio de ter sido o autor do requerimento para a realização desta justa e honrosa homenagem pelos 80 anos da Igreja Assembleia de Deus. A Deus, seja dada toda a honra e toda a glória por tudo aquilo que testemunhamos nesta noite.

Quero saudar o nosso eterno presidente, o pastor José Rodrigues de Araújo, presidente emérito da Igreja Assembleia de Deus de Betim; o querido amigo pastor Nehemias Gaspar de Araújo, presidente da Igreja Assembleia de Deus de Betim; o querido amigo George Hilton, ex-deputado desta Casa, atualmente deputado federal pelo nosso Estado; minha esposa, pastora Fátima Miranda; nosso querido amigo Elias Gaspar de Araújo, vereador de Betim; a irmã Eliane Freitas Araújo, esposa do nosso presidente e, na pessoa dela, as demais irmãs presentes no Plenário e nas galerias da Assembleia Legislativa; e, ainda, na pessoa do nosso sempre presidente, saúdo todos os pastores, obreiros, presbíteros, enfim, todos os homens que compõem não somente o grupo de trabalho, mas todos que, direta ou indiretamente, cooperam com esse trabalho. De forma especial saúdo os membros da orquestra e do coral e todos que estão em nossas galerias e também do lado de fora.

Posso dizer que esta é seguramente a reunião que mais trouxe pessoas a esta Casa para uma homenagem; portanto, estão todos de parabéns. Muito obrigado por terem aceitado o nosso convite. Quero agradecer, também, ao nosso pessoal de apoio, que, de forma competente, nos tem assessorado na reunião desta noite. Saúdo aqueles que de casa, por meio da TV Assembleia e dos outros meios de comunicação, acompanham esta reunião. Estamos chegando, ao vivo, a mais de 200 cidades. Convido todos para que, mesmo à distância, participem conosco deste momento histórico nesta Casa e na história da Assembleia de Deus.

Queridos irmãos e irmãs, componentes da Mesa, pastores, evangelistas, presbíteros, diáconos, missionários, membros da Igreja Assembleia de Deus de Betim, servidores desta Casa, profissionais da imprensa, pessoas que nos acompanham de casa e do ambiente de trabalho pela TV Assembleia. Saúdo todos!

Em especial, cumprimento o pastor José Rodrigues, presidente de honra da Assembleia de Deus de Betim, e também o meu amigo e parceiro, pastor Nehemias Araújo, presidente da Assembleia de Deus de Betim e da *Convenção das Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus de Minas Gerais e Outros* – Cimademigo.

No Jubileu de Carvalho da Assembleia de Deus de Betim, tenho a honra de ser o autor do requerimento para a realização deste evento, que celebra os 80 anos desse prestigioso ministério. Como todos sabem, além de parlamentar, também sou um dos

pastores na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte, e admiro, como um todo, o trabalho das Assembleias de Deus. Tenho muito respeito por toda sua liderança, homens e mulheres separados por Deus para pregar a palavra com ousadia, coragem e determinação.

Desta tribuna, reafirmo algo que disse em uma entrevista que concedi a respeito desta homenagem. Oitenta anos não são oito dias, principalmente considerando-se que, nos dias atuais, poucas instituições chegam a alcançar tamanha longevidade após enfrentar, no decorrer das décadas, tantas turbulências e situações difíceis. Obstáculos que a Assembleia de Deus enfrenta, desde a sua fundação no Brasil, com a chegada a Belém do Pará dos missionários americanos Daniel Berg e Gunnar Vingren, que passaram por grande luta, mas que, orientados e dirigidos por Deus, não se deixaram abater e seguiram levando a mensagem da salvação. E, no dia 18/6/1911, há 107 anos, nasceu a Missão da Fé Evangélica Assembleia de Deus, composta por 18 irmãos. E, em 11/1/1918, há 100 anos, foi registrada oficialmente como Sociedade Evangélica Assembleia de Deus.

Em 1927, o pastor Clímaco Bueno Aza chegou a Belo Horizonte e realizou o primeiro culto em sua residência, localizada na Rua Peçanha com Rua Paraíso. Com a evangelização, várias vidas se renderam a Cristo, e a igreja na capital mineira foi fundada.

O templo que é sede da Assembleia de Deus, na Rua São Paulo, no Bairro de Lourdes, foi inaugurado em 13/5/1956, após 29 anos.

Da liderança do ministério da Assembleia de Deus de Minas Gerais quero dar destaque ao pastor Algot Svensson, que pastoreou a igreja-sede de 1933 a 1958, e ao nosso saudoso pastor Anselmo Silvestre, que foi empossado como presidente em 1959, cargo que ocupou até 2010, quando se tornou presidente de honra.

Essa introdução se faz necessária para que possamos entender a história da Assembleia de Deus de Betim, que é dividida em três fases. A primeira fase ocorre entre os anos de 1938 e 1940, quando os cultos tiveram início dentro da Colônia Santa Izabel, que abrigava portadores de hanseníase, doença conhecida popularmente como lepra. Esses pacientes que passavam por tratamento foram os primeiros cristãos de Betim, que conquistou a categoria de cidade em 1938.

Os trabalhos da Colônia Santa Izabel foram coordenados pela igreja de Belo Horizonte até o ano de 1963, quando foram transferidos para a congregação da Assembleia de Deus de Betim e supervisionados pelos pastores Algot Svensson e Anselmo Silvestre.

A Assembleia de Deus do centro de Betim teve seu início entre os anos de 1947 e 1949. Em 1962, o diácono Oscar Augusto de Souza assumiu o trabalho e promoveu grandes avanços. Abriu congregações em Vianópolis, Mateus Leme, Esmeraldas, Igarapé e Juatuba. Além disso, construiu o templo-sede da Assembleia de Deus. Em 1964, o diácono dedicou-se à construção da igreja regional localizada na Avenida dos Bandeirantes, no Bairro Chácara.

Em 1965, o pastor Euclides Moraes Batista assumiu a igreja e, em sua gestão, foram iniciados os trabalhos nas congregações dos Bairros PTB, Dom Bosco e Imbiruçu. Mas, devido a outros compromissos e por não ter tempo para a obra de Betim, o pastor José Egídio da Silva foi indicado para o presbitério, e o irmão Jair Suriba para o diaconato. Já no ano de 1970, foi iniciada a reconstrução do templo-sede, o que demorou 7 anos devido à falta de recursos.

O mês de janeiro de 1976 foi marcado pelo I Congresso da Mocidade da Assembleia de Deus de Betim. Nesse mesmo ano, o pastor Euclides foi transferido para Belo Horizonte para assumir a igreja do Barreiro. Sendo assim, o presbítero Jair foi ordenado pastor e ficou responsável por concluir a construção do templo. Ele também coordenou a construção de pequenos templos em Betim e nas cidades próximas.

Em 1982, nosso estimado pastor José Rodrigues tomou posse e, juntamente com sua esposa, irmã Maria de Lourdes, e seus oito filhos, dedicou-se incansavelmente à obra. Esse guerreiro foi responsável pela ampliação e reforma do templo-sede e de vários outros templos da Assembleia de Deus de Betim.

Em 1994, com apenas 17 anos, o pastor Nehemias Araújo, filho do pastor José Rodrigues, após trabalhar ao lado do pastor Edir, assumiu a direção da congregação do Bairro Jardim Petrópolis e, entre os anos de 1995 e 1997, vivenciou o início do seu chamado para a obra de Deus.

Ainda em 1997, foi transferido para a filial de Juatuba e, com o apoio de sua esposa, irmã Eliane, conduziu a igreja tanto ao crescimento espiritual quanto ao crescimento estrutural, pois ampliou e reformou o templo e permaneceu ali até o ano de 2000, quando foi transferido para a região do Parque Jardim, que liderou até 2004. Nesse mesmo ano, foi indicado pelo pastor José Rodrigues para ser o primeiro vice regional da Assembleia de Deus de Betim e desempenhou um belo trabalho ao criar a Escola Bíblica de Obreiros. Nesse ano, tive o prazer de participar e ser parceiro desse evento. Fiquei impressionado com a sua grandeza. Quando digo “grandeza” não me refiro apenas à estrutura e à organização, mas à relevância e à notoriedade.

Em 2006, outro fato marcou a história da Assembleia de Deus de Betim: a emancipação do campo de Belo Horizonte. Esse ato foi um divisor de águas e permitiu à Assembleia de Deus de Betim ter autonomia e independência. Deus honrou e capacitou os pastores José Rodrigues e Nehemias e toda a diretoria.

Para concluir essa rica história, após anos de dedicação, renúncia e trabalho árduo, o pastor José Rodrigues se torna o presidente de honra, e o pastor Nehemias Araújo assume a presidência da Assembleia de Deus de Betim. Com oito décadas de história, o ministério de Betim possui 12 mil membros, mais de 2.500 obreiros, entre pastores, evangelistas, presbíteros e diáconos, cerca de 4 mil auxiliares e aproximadamente 100 edificações.

Não podemos deixar de mencionar também que, como uma igreja atuante, a Assembleia de Deus de Betim é envolvida com as causas sociais, pois a Associação Ebenézer, em parceria com a Prefeitura de Betim, acolhe mais de 600 alunos nas quatro escolas infantis. Há também o Instituto Teológico Ebenézer, que oferece cursos básicos e de bacharelado em teologia.

A criação da Convenção das Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus de Minas Gerais e Outros – Cimademigo –, presidida pelo pastor Nehemias, fez com que a Assembleia de Deus de Betim se tornasse conhecida nacionalmente. Sempre fundamentada na palavra, a Assembleia de Deus de Betim trouxe grandes contribuições para a expansão do reino e se estabeleceu como uma igreja frutífera que alcançou milhares de vidas. Creio que Deus continuará com suas mãos estendidas sobre esse ministério, direcionando a boa obra que ele mesmo começou.

E, mais uma vez, quero dizer que a Ele, o nosso Deus, na pessoa de Cristo Jesus, nosso Senhor, seja dada toda a honra, toda a glória e todo o louvor por tudo que foi aqui mencionado. E que Deus continue abençoando os senhores. Que Deus continue abençoando a igreja de Betim, para que ela continue dando frutos, segundo a palavra de Deus, frutos que permanecem. Muito obrigado, e que Deus nos abençoe!

Entrega de Placas

O locutor – Neste momento, o deputado Vanderlei Miranda, neste ato representando o presidente da Assembleia de Minas, deputado Adalcleber Lopes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem aos pastores José Rodrigues de Araújo e Nehemias Gaspar de Araújo. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A religião encontra seu sentido mais pleno quando acolhe o mais necessitado e contribui para o desenvolvimento humano e social. É por entender isso que a Assembleia de Deus de Betim, há oito décadas, vem trabalhando arduamente pela transformação de vidas e pela proclamação dos princípios cristãos. Ao reconhecer a importância da Assembleia de Deus de Betim para o Estado, o Parlamento mineiro presta à instituição honrosa homenagem pelos 80 anos de sua fundação.”

– Procede-se à entrega da placa.

O presidente – Temos também uma homenagem para fazer ao senhor, pastor José Rodrigues. Temos uma placa a lhe entregar, e essa placa diz: “Até aqui nos ajudou o Senhor, Primeiro Livro de Samuel, 7:12. Honra ao mérito. A Assembleia Legislativa

de Minas Gerais, na pessoa do deputado estadual pastor Vanderlei Miranda, parabeniza e homenageia o presidente de honra da Igreja Assembleia de Deus de Betim, pastor José Rodrigues de Araújo, neste momento histórico, em comemoração ao Jubileu de Carvalho dessa igreja, que faz a diferença no Município de Betim e no Estado de Minas Gerais. São 80 anos anunciando as boas novas do Evangelho, pregando a palavra com ousadia, coragem e determinação, alcançando vidas e expandindo o reino de Deus, resultando em um ministério frutífero. Parabéns, pastor José Rodrigues. Homens de Deus, como o senhor, fazem a diferença.” Com muita honra.

– Procede-se à entrega da placa.

O presidente – Neste momento, também vamos entregar um diploma de honra ao mérito, primeiramente, para a diretoria da igreja: o pastor José Rodrigues e o pastor Nehemias.

O locutor – Para receber o diploma de honra ao mérito, convidamos o pastor Nehemias Gaspar de Araújo, presidente da Diretoria da Assembleia de Deus de Betim. Ato contínuo, convidamos para receber o diploma o 1º-vice-presidente, pastor José Egídio; o 2º-vice-presidente, pastor Ronaldo Eustáquio da Silva; o 2º-secretário, pastor Antônio Raimundo de Souza; o 2º-tesoureiro, Mauro Afonso Jales; o presidente de honra, José Rodrigues de Araújo; e o vereador Elias Gaspar de Araújo.

– Procede-se à entrega, cada um por sua vez, dos diplomas.

O locutor – Ato contínuo, o deputado Vanderlei Miranda também fará homenagens aos integrantes da diretoria da Cimademigo, fazendo a primeira entrega ao presidente, pastor Nehemias Gaspar de Araújo. A seguir, convidamos o 5º-vice-presidente, pastor Paulo de Oliveira Santos; o secretário adjunto, pastor Osmar Ribeiro das Graças; o 1º-tesoureiro, pastor Odenir Domingos; e o 2º-tesoureiro, pastor José Egídio da Silva.

– Procede-se à entrega, cada uma por sua vez, das homenagens.

Palavras do Pastor Nehemias Gaspar de Araújo

Boa noite. A paz do Senhor a todos os irmãos. Exmo. Sr. Deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; pastor José Rodrigues de Araújo, presidente emérito da Igreja Assembleia de Deus de Betim; deputado federal George Hilton; vereador de Betim, Elias Gaspar de Araújo. Queria também saudar a Sra. Pastora Fátima Miranda, presidente do Ministério Chá com Deus, da Igreja Batista da Lagoinha.

Quero saudar os pastores membros da diretoria da Assembleia de Deus de Betim, os pastores membros da diretoria da nossa convenção estadual Cimademigo, os pastores dirigentes das filiais da Assembleia de Deus de Betim, a Orquestra Triunfo e o Coral Louvor Imenso, na pessoa dos maestros Wellington, Geraldo e Michael. Saúdo também todas as mulheres, em nome da minha esposa Eliane de Freitas Pinto Araújo. Cumprimento todos os irmãos e essa linda juventude que veio a esta linda homenagem nesta noite.

Deus seja louvado! A Ele a honra, a glória e todo o louvor. Estou imensamente alegre e feliz por esta oportunidade de hoje as portas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais serem abertas para homenagear a Assembleia de Deus de Betim pelos seus 80 anos, a requerimento do nosso querido deputado estadual pastor Vanderlei Miranda, pelo qual temos apreço e um carinho especial. Irmãos, só o Senhor faz isso, e é coisa maravilhosa aos nossos olhos.

Quanto a esses 80 anos, vocês poderão ver aqui um pouco do resumo da história que vamos contar com mais detalhes na festa, se assim permitir Deus, dos dias 10 a 17 de setembro, no nosso templo-sede. Vimos como começou toda essa história: irmãos que não tinham esperança de vida, pessoas que não tinham alegria, aprisionados, vigiados por guardas. Vários irmãos estavam ali onde começou uma igreja, com um número reduzido de crentes. Hoje se espalham por Betim 12 mil crentes. Só Deus pode fazer isso. Queríamos que vários pastores que plantaram essa semente pudessem estar aqui nesta noite para serem homenageados, mas o Senhor já os chamou para sua glória. O seu galardão já está garantido lá no céu. Sabemos que eles receberão a coroa da vida eterna.

Meus irmãos, somos gratos ao presidente desta Casa e a todos os 77 deputados deste Parlamento que aprovaram por unanimidade o requerimento do deputado Vanderlei Miranda, que hoje está homenageando a Assembleia de Deus de Betim. Louvo a Deus por tudo. Só tenho a agradecer a todos os irmãos que vieram aqui conosco receber esta homenagem justa. A homenagem não é a mim, a homenagem não é ao pastor José Rodrigues, mas à Assembleia de Deus de Betim e a todo corpo que faz parte desta igreja.

Queríamos que todos os 12 mil membros estivessem aqui, mas sabemos que não caberiam neste recinto. As galerias já estão superlotadas. Nesta homenagem estão bem representados por todos os irmãos, especialmente por todos os pastores dirigentes de todas as filiais que fizeram um trabalho fantástico a ser apresentado aqui nesta noite. Deus seja louvado! Muito obrigado e boa noite a todos em Cristo Jesus.

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos, agora, mais uma vez, a Orquestra Triunfo e o Coral Louvor Imenso, com regência de Ananias Carvalho, que vão apresentar as seguintes músicas: *Sou feliz*, de Ville du Havre, e *Glória e louvor*, de Gordon Young. Em seguida, o Coral Desperta Jovem, com regência de Kênia Barbosa, apresentará as músicas *Pra sempre*, de Michelle Nascimento, e *Jesus meu guia*, do grupo Raiz Coral. Desde já, em nome do deputado Vanderlei Miranda, aproveitamos o momento para agradecer aos músicos e coralistas pela participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Presidente

Graças a Deus. Mais uma vez, a Ele honra, glória e louvor. Parabenizo esta juventude maravilhosa. Tenho certeza de que, neste momento, aqueles que estão em suas casas nos acompanhando estão felizes. Eu comentava com o pastor Nehemias que creio que, nesta noite, pessoas estão vivendo uma experiência com Deus por meio de tudo o que acontece aqui. Creio que, mais que uma reunião solene, o que fizemos aqui, nesta noite, foi prestar ao nosso Deus um culto de louvor, de adoração e de reconhecimento por tudo que Ele é em nossas vidas, por tudo que Ele tem feito ao longo desses 80 anos.

Quero também saudar um grande número de pessoas que neste momento está no nosso chamado Salão de Café, porque todos não couberam neste ambiente. A Assembleia ficou pequena nesta noite para tão grande número de pessoas aqui no Plenário, nas nossas galerias das laterais, nas nossas últimas galerias e também no nosso Salão de Café. Quero agradecer a vocês, que nos acompanharam, e dizer que tudo foi muito bom. Só lamentamos não haver espaço aqui capaz de abrigar todos. Nesta Casa, muitas vezes, nas celebrações, nas reuniões especiais, vemos muitos lugares a serem ocupados. Hoje, para a glória de Deus, faltaram lugares para acomodar bem todos os participantes. Quero crer que todos que fazem parte desta festa e que são também a razão desta solenidade vão sair daqui como eu sairei: com o coração cheio de alegria, com o coração muito feliz por poder participar deste momento histórico.

Pastor Nehemias, mais uma vez, minha gratidão por me dar a oportunidade de prestar esta homenagem. Da mesma forma, pastor José Rodrigues, mais uma vez, muito obrigado. Muito obrigado a todos.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 18, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 19/6/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968, 5.960, de 1º de agosto de 1972, 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 11.363, de 29 de dezembro de 1993, 14.699, de 6 de agosto de 2003, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, 14.940, de 29 de dezembro de 2003, 14.941, de 29 de dezembro de 2003, 15.424, de 30 de dezembro de 2004, 15.464, de 13 de janeiro de 2005, 19.976, de 27 de dezembro de 2011, 20.922, de 16 de outubro de 2013, 21.735, de 3 de agosto de 2015, 21.972, de 21 de janeiro de 2016, 22.257, de 27 de julho de 2016, 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017; e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre

os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/6/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.065/2018, da Comissão de Direitos Humanos, e 11.072 e 11.076/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.269/2017, do deputado Gustavo Santana, e 4.941/2018, do deputado Leonídio Bouças.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.822/2017, do deputado Roberto Andrade.

Requerimentos nºs 10.991/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, 11.057/2018, da Comissão de Participação Popular, e 11.081/2018, do deputado Fábio Cherem.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º Turno: Projeto de Lei nº 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.068/2017, do deputado Tito Torres.

Requerimento nº 11.063/2018, da Comissão de Direitos Humanos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.993/2018, da Comissão de Administração Pública; e 11.046/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.080/2018, do deputado Douglas Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a instituir grupo e debater propostas e sugestões para viabilizar o desenvolvimento de protocolo de Cateterismo Intermitente Limpo para pessoas com retenção urinária crônica.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 19/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.558, 10.559 e 10.560/2018, da Comissão de Participação Popular; 10.641/2018, do deputado Gil Pereira; e 11.004 e 11.005/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/6/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2018.

Marília Campos, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/6/2018**

O deputado Dirceu Ribeiro* – Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Anselmo José Domingos, membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores desta Casa, assessores parlamentares e público presente. A sexta-feira passada, dia 8/6/2018, será sempre uma data marcante em minha vida, gravada como um daqueles momentos mais importantes da minha existência. A minha amada Ubá e toda a região da Zona da Mata mineira poderão ter como certa a sua unidade de oncologia, que será construída no Hospital São Vicente de Paulo. Atualmente, os municípios da nossa região de saúde gastam, juntos, mais de R\$2.000.000,00 com despesas no transporte de seus pacientes de câncer que são encaminhados aos Municípios de Juiz de Fora e Muriaé. Com a vinda do tratamento de câncer para Ubá, esse custo diminuirá consideravelmente e proporcionará bem-estar social aos assistidos e seus familiares, garantindo a acessibilidade dos usuários do SUS aos serviços de oncologia, melhorando inclusive a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dessa enfermidade, facilitados pela proximidade do atendimento, que se dará de forma mais ágil, confortável e digna, com recursos, profissionais qualificados e equipamentos de diagnóstico e tratamento de alta tecnologia.

Na solenidade realizada, estiveram conosco diversas autoridades. Os prefeitos de Visconde do Rio Branco, Iran Couri; de São João Nepomuceno, Ernandes; de Cipotânea, Dezinho; de Paiva, Teninho; de Divinésia, Antônio Geraldo; de Coimbra, Diquinha; e de Araponga, Henrique. Outros não puderam comparecer por motivos justos. Todos foram homenageados na pessoa do Prefeito de Ubá, Edson Teixeira Filho. Aos vice-prefeitos de Divinésia, a Cirlei, e de Piau, o Vander, também homenageio na pessoa do vice-prefeito de Ubá, Vinícius Samor. Homenageio também todos os vereadores que compareceram ao evento através do meu companheiro, vereador Escuro, e a Fundação Cristiano Varella, que foi representada pelo seu diretor administrativo Sérgio Henriques, pela imprescindível parceria, com capacidade resolutiva, *expertise*, responsabilidade e comprometimento pela causa daquela instituição, e a grande receptividade que tivemos do suplente de senador Lael Varella ao nosso projeto.

Agradeço ao governo do Estado, na pessoa do subsecretário Marco Antônio Viana Leite, e do nosso líder de governo, deputado Durval Ângelo, a quem tenho um agradecimento especial pela forma como conduziu tudo e nos ajudou nesse projeto, levando-o ao governador do Estado e mostrando que, naquela região da Zona da Mata, Ubá era a sede e necessitava desse grande projeto. E também ao ex-subsecretário de Assuntos Parlamentares, Luiz Gustavo Riani; ao Hospital São Vicente de Paula, representado por seu provedor Ronaldo Gomes, que, além de doar o terreno, nos deu o apoio hospitalar de que necessitávamos; ao meu amigo fraterno Munir Jacob, filho do ex-deputado Ibrahim Jacob; à Gerência Regional de Saúde, na pessoa do seu diretor Reginaldo Furtado; à Secretaria Municipal de Saúde de Ubá, na pessoa da Dulcinéia Perini; a todos os servidores do Hospital São Vicente; além dos meus assessores parlamentares, da imprensa e do público em geral, que prestigiou esse importante momento. A vitória é de todos de Ubá e da região da Zona da Mata. O Instituto Oncológico Odette Arantes Ribeiro será, sem dúvida, uma realidade.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado Dirceu Ribeiro, só queria dar um testemunho público do trabalho de V. Exa. na defesa de toda microrregião de Ubá. É um deputado de primeiro mandato, mas amadurecido e que tem tido muitas conquistas para aquela cidade. Aqui eu destaco a crise do abastecimento de água, que se arrastava há duas décadas em Ubá. Que alegria a minha, outro dia indo a Guidoal, ao ver os canos da nova captação. Queria dizer o povo de Ubá que, graças ao seu trabalho, essa nova captação vai permitir acabar com a dor e o sofrimento com a falta de água naquela região. Além do mais, foi por causa da luta de V. Exa. que a Copasa irá fazer o tratamento do esgoto sanitário na cidade de Ubá, o que muito permitirá a melhoria nas condições do nosso Rio Xopotó e de alguns de seus afluentes. Então toda a bacia do Xopotó agradece. Além de tudo isso, V. Exa. conseguiu R\$10.000.000,00 da Copasa para obras de investimento em infraestrutura na cidade de Ubá.

É sua conquista também a ampliação e a construção do prédio da Uemg, que logo irá se tornar realidade em Ubá, demonstrando todo o seu trabalho, toda a sua preocupação com aquela cidade e com os eleitores da região. Agora poderia citar muitas outras coisas, mas a Unidade Oncológica do Hospital São Vicente coroa todo o seu trabalho, pois foi uma conquista sua, um trabalho seu, que merece ser destacado. Todos nós que somos votados naquela microrregião conhecemos a dor e o sofrimento, as dificuldades do deslocamento, tão longe, de famílias e de pacientes em questões oncológicas, mas agora o problema estará resolvido, por uma emenda do governo do Estado.

Eu citei três ações suas, num momento em que se fala o que o governo do Estado fez. Vendo o seu trabalho em Ubá, vão saber que conquistas históricas foram feitas lá, sem contar a redução do ICMS, que, infelizmente, chegou, em parte, tarde, porque já tínhamos perdido parte da Itatiaia para o Espírito Santo, para Linhares. Foi promessa de tantos governos, mas V. Exa., com o governador Fernando Pimentel, conseguiu a redução do ICMS. Então o seu mandato é vitorioso. E tenho orgulho, como líder de governo, de destacá-lo como um vice-líder eficiente, que trabalha por sua região e desenvolve um trabalho de tal grandeza nessa parceria com o governo Fernando Pimentel. Parabéns!

O deputado Duarte Bechir* (em aparte) – Obrigado, deputado Dirceu Ribeiro. Inicialmente, como fez o deputado Durval Ângelo, líder do governo nesta Casa, queria cumprimentá-lo, deputado Dirceu Ribeiro, pelas ações desenvolvidas em favor de Ubá e região, em especial pela conquista do tratamento oncológico no hospital de Ubá, que representa um grande ganho para toda a região. É, sem dúvida, uma grande conquista.

Com a permissão de V. Exa., eu queria, prezados colegas, comunicar que nesse final de semana, precisamente no dia 7, chegamos a Araçuaí, onde almoçamos com o ex-candidato a prefeito, Tadeu. Fizemos boas reuniões em Araçuaí e, de lá, fomos a Itaobim, onde temos algumas lideranças, especialmente do segmento de associações, e a Medina, onde ficamos da noite do dia 7 a domingo, dia 10. Em Medina, mais uma vez, tivemos a oportunidade de participar de encontros históricos, como o que tivemos na casa do ex-prefeito Robinho, onde fomos recebidos por ele e boa parte do seu grupo. Estivemos também no Distrito de Tuparecê, que fica a cerca de 30km de Medina, ouvindo as suas necessidades, como fizemos no Distrito de General Dutra, o Guede. Nesse distrito,

por uma ação nossa na Copanor, uma obra que estava prevista para 2020 – lembrando que a água que era servida ali estava causando problemas, com casos de hepatite diagnosticados – sairá neste ano. Atendendo a um pedido nosso, a Copanor antecipou a obra para os anos de 2017 e 2018, e agora, em agosto, essa obra será concluída e poderá ser servida água de qualidade a todas aquelas pessoas. Meu abraço ao Distrito de General Dutra, que nos acolheu com muito carinho nesse final de semana.

Também visitamos as Comunidades Rurais de Roça do Mato, Aredó e Ceará, onde conversamos sobre a necessidade de implantação de um sistema de abastecimento de água para as famílias. É uma luta de muitos anos, mas a coisa tem caminhado para a solução tão aguardada por essas comunidades rurais.

Quero ainda agradecer aos vereadores de Medina – ao Codó, presidente da câmara, ao Marcelinho, ao Fernando, ao Super e ao Kau de Mozart –, pois fizemos várias visitas e muitos encontros.

Visitei também o Município de Comercinho, onde fui recebido com muito carinho pelo atual prefeito Gilmar; o ex-prefeito Célio; o vereador Cassiano, uma nova liderança de Comercinho; o Prof. Ronaldo Maguila; e ex-vereadores e lideranças de Comercinho.

Finalizando, quero deixar consignado, deputado Dirceu Ribeiro, o meu abraço a todos os moradores da nossa querida Medina, pelo carinho com que fomos recebidos. Ressalto que concedemos entrevista na rádio local, enumerando as conquistas feitas a partir do nosso trabalho. Podemos afirmar que, nos últimos tempos, este parlamentar, o deputado Duarte Bechir, foi o que mais recursos conseguiu colocar em Medina, para resolver problemas de muitos anos, levando soluções a todos. Deixo o meu abraço a todos de Medina. Obrigado pelo carinho. Juntos, venceremos.

Obrigado, deputado Dirceu Ribeiro, e parabéns pelo seu trabalho!

O deputado Dirceu Ribeiro – Obrigado a você.

Nosso trabalho parlamentar em defesa da Zona da Mata mineira continua. Feliz do deputado que faz parcerias, cumpre as parcerias e honra a sua região. Como disse o líder Durval Ângelo, esta é uma hora de crise, em que a maioria diz que não há dinheiro. Mas faça projetos, apresente projetos e lute pelos seus projetos, que as coisas vão acontecer. Aconteceu e está acontecendo conosco, de uma forma tranquila e respeitosa, de modo que só nos resta dizer uma coisa: muito obrigado, meu Deus; muito obrigado, meu Deus; muito obrigado, meu Deus.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Presidente Anselmo, deputados e deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia, nesta semana, a Assembleia Legislativa de Minas está realizando um fórum técnico muito importante, feito em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos Participação e Cidadania, do governo Pimentel. Ele trata de um fenômeno muitas vezes desconhecido, do ponto de vista do nosso entendimento, mas que é grave, do ponto de vista da dignidade humana. São as milhares de pessoas que moram nas ruas das grandes, médias e já chegando também às pequenas cidades.

Esse fórum técnico sobre a população de rua está sendo encaminhado com a participação de dezenas de entidades, de um comitê intersetorial e interinstituições, que acompanham, de alguma maneira, as políticas públicas voltadas para a população de rua. O requerimento foi apresentado por mim e pelo deputado Rogério Correia, com a anuência do presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, e o fórum, desde o final do ano passado, começou a ser preparado, do ponto de vista técnico e também com as etapas regionais. Foram seis encontros, nas várias regiões de Minas, priorizando o diálogo com os moradores e moradoras de rua e suas entidades de apoio, no sentido de traçar um plano estadual, um plano de ação, de metas, que busca atenuar, equacionar, em boa medida, esse fenômeno que precisa ser compreendido nas suas raízes e nas suas motivações.

Se há um diagnóstico errado, recomenda-se a intervenção pública errada. Então, é importante compreender porque milhares de pessoas permanecem nas ruas, principalmente, como disse, nas grandes e médias cidades. Só em Belo Horizonte, para se ter uma

ideia, o último censo apresenta um contingente de mais de 4 mil moradores e moradoras. Estima-se, no País, mais de 100.000. Aqui em Minas Gerais, por volta de 30.000. Então, são milhares de pessoas e famílias que não têm aquele benefício e direito básico, que é o direito a uma habitação, a uma moradia digna.

O fenômeno da população de rua tem vários fatores que fazem com que muitas vezes uma pessoa esteja na rua, e a sociedade, às vezes, não o compreende. Eu repito, é um conjunto de fatores, não é um, especificamente. Muitos deles conjugados. Por exemplo a questão da renda, que é determinante. Uma família desempregada, um adulto desempregado, um adulto que não tem nenhum tipo de renda, que não tem um emprego, e que não tem uma moradia tem dificuldade de ter um lugar para ficar.

Muitas vezes, essa crise financeira e econômica leva à desagregação, à desestruturação das famílias. Esse é um outro fator relevante para que pessoas estejam nas ruas. Muitas vezes, decorrem de situações vinculadas à saúde mental, ao uso dos mais variados tipos de drogas, ou, muitas vezes, corresponde ao êxodo. Então, todos esses fatores, fenômenos de exclusão, contribuem para que essas pessoas permaneçam nas ruas.

Há que se ressaltar que, neste momento, com o governo Temer, esse quadro se agrava sistematicamente. Hoje o Brasil vive um momento muito decisivo, porque há um desmonte das políticas públicas sociais, porque o desemprego avança, a renda diminui, a insegurança alimentar aumenta, os programas sociais são interrompidos, a Emenda à Constituição nº 95, aprovada pelo Congresso, congela por 20 anos os investimentos sociais. Então há fatores estruturais ampliando a vulnerabilidade social de um lado, e, de outro lado, a retração de recursos investidos nas políticas públicas para atenuar essa situação.

Então a população de rua aumenta, avança. E aqui nós temos que ter muita clareza. Temos que ter um olhar mais humanizado sobre essa questão, um olhar que compreenda esses fatores que levam as pessoas a estarem nas ruas. Muitas vezes, apesar de estarem nas ruas, são invisíveis aos olhos e aos corações da sociedade. Muitas vezes aqueles que são vítimas de um sistema excludente ou da ausência e omissão do poder público são culpabilizados e criminalizados por estarem naquela situação. Muitas vezes a sociedade desenvolve uma visão preconceituosa, higienista, que trata um ser humano nas ruas como se fosse um obstáculo, uma barreira física nas calçadas, como se fosse uma lata de lixo ou uma caixa de papelão. Mas ali é um ser humano, que, por múltiplas questões, está naquela situação momentaneamente. Ou, muitas vezes, indefinidamente, caso persista a omissão do poder público.

Por isso foi importante, nesses últimos anos, a Assembleia ampliar a interlocução com o Movimento Nacional da População de Rua; com as instituições de apoio, como a Pastoral de Rua, a Cáritas e outras; no sentido de construir políticas públicas voltadas para esse segmento. Por isso a Assembleia aprovou uma legislação, originalmente apresentada pelo ex-deputado Wander Borges, hoje prefeito de Sabará. Mas depois, na tramitação, apresentei um substitutivo, resultado de um amplo debate com os movimentos da população de rua, que estabeleceu um marco legal, uma política estadual, e que, já no governo Fernando Pimentel, teve um comitê de formulação e acompanhamento dessas políticas públicas constituído e um conjunto de ações que se iniciaram, e outras, que, com certeza, terão um impulso a partir desse fórum técnico, com um plano de ação mais detalhado, intersetorial, a ser aprovado no fórum.

Esse conjunto de ações deve, prioritariamente, garantir, por exemplo, o acesso à moradia. Esse é um direito fundamental. A moradia é estruturadora das relações sociais e familiares. Não se pode falar em estrutura familiar sem moradia, em permanência na escola sem o vínculo com a escola, referência da moradia, ou em atendimento contínuo na saúde sem o referenciamento na unidade básica de saúde do local ou mesmo do Centro de Referência de Assistência Social. O emprego sem o endereço fica mais distante ainda.

A moradia é um foco prioritário desse conjunto de ações, como também o é a assistência social, através do Centro Pop, que são unidades específicas de convívio e acompanhamento da população de rua, que também requerem atendimentos emergenciais, albergues, abrigos, repúblicas. Temos espaços transitórios na reconstituição da trajetória de vida dessas pessoas e grupos familiares que se encontram nas ruas.

É fundamental o reforço da saúde dos Caps AD; do acompanhamento da saúde mental; e iniciativas de geração de rendas, não apenas o emprego formal. Estamos acompanhando uma experiência no campo da economia solidária, um projeto que tem o apoio da Pastoral de Rua, a Cáritas, envolvendo pessoas que foram ou ainda são moradores de rua e que estão em iniciativas coletivas de geração de renda, através da economia solidária.

Então, precisamos de uma construção federativa integrada entre municípios, Estado e governo federal para, de fato, ter uma abordagem mais integral e intersetorial, uma dimensão mais humanizada sobre a situação do morador de rua. Não podemos admitir a violência, o arbítrio, o uso da força, a criminalização, a culpabilização dessas pessoas que estão hoje nas ruas. E a grande maioria são trabalhadoras, são mães e pais de família; pessoas que, na verdade, são vítimas dessa sociedade capitalista, dessa sociedade excludente, dessa sociedade que não reconhece a diversidade, dessa sociedade que não construiu uma rede de proteção social, capaz de garantir o tratamento para o usuário de drogas, o pleno emprego e a renda mínima.

E, neste momento em que o governo federal desmonta essas políticas públicas, aquelas primeiras e positivas iniciativas dos governos Lula e Dilma estão sob risco, como o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e o próprio Bolsa Família, que complementa renda, ou mesmo programas no âmbito do Suas, o Sistema Único da Assistência Social.

A Emenda Constitucional nº 95 – e essa conta já foi feita por especialistas –, ao congelar por 20 anos os investimentos e a relação inflação, PIB e despesas que têm crescimento vegetativo, vai fazer com que, ao final do vigésimo ano, caso isso não seja alterado, não se tenha, sequer, um centavo para o orçamento público da assistência social em nosso país. Lembrando que, na construção para o financiamento da assistência, o governo federal responde por 77%; os governos do Estado respondem, em média, por 8%; e os governos locais, por 15%. O governo federal, nessa concentração tributária, tem um papel preponderante em algumas políticas públicas, principalmente no âmbito da assistência, e tem dois grandes programas de transferência de renda universais: o programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Portanto, gostaria de aqui alertar a sociedade de Minas para que haja uma compreensão do fenômeno da população de rua. Uma compreensão não só técnica, mas, principalmente, humanizada. Que ocorram ações locais, estaduais e federais. O objetivo do fórum técnico construído pela Assembleia Legislativa, em parceria com a Sedpac, Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, e com as entidades de apoio, é exatamente nesse sentido.

Aproveito aqui também para cumprimentar e parabenizar todos os servidores de várias áreas da Assembleia Legislativa que se dedicaram muito na organização desse fórum técnico, inclusive na própria comunicação política do fórum técnico, no sentido dessa abordagem humanizada. Isso é fundamental. Temos de mostrar à sociedade que ali temos vítimas. Há muitas vezes setores e pessoas criminalizadas, culpabilizadas por uma situação que, como disse, é contingência de um sistema excludente e desigual.

Portanto, esperamos que desse conjunto de ações surtam iniciativas no âmbito do orçamento público e do plano plurianual e eventuais alterações nas legislações existentes. Muito obrigado, presidente.

O deputado Durval Ângelo* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, no último sábado estive visitando, no 3º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, o deputado Cabo Júlio. Tive a oportunidade de registrar, numa postagem para os deputados, no sábado, o estado em que o encontrei, o seu sentimento e a sua dor. Não sou dos parlamentares que se omite em situações-limite, em situações que considero de injustiça, e não me omito nunca em demonstrar solidariedade e fraternidade pessoal, independentemente de qualquer ideologia e de qualquer discordância. Lá recebi uma carta, dirigida às deputadas e aos deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do deputado Cabo Júlio, que pediu que eu desse ciência ao Plenário. Sei que o seu filho Bruno me ouviu agora, assim como sua esposa.

Assim se expressou o deputado (– Lê): “Escrevo essa carta, do cárcere, na madrugada de sexta para sábado. Inicialmente, peço perdão a todos pelo constrangimento de tal momento acontecer quando estou no cargo de deputado estadual. Quem convive comigo sabe que não sou bandido, não sou desonesto e procuro tratar todo mundo com respeito. Vivo, exclusivamente para a minha

família e para minha célula de oração. Estou na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, desde 2012, e nunca ninguém, nesses dois mandados, viu nada que desabonasse minha conduta. Exerci o mandato de vereador, quando fiz parte da Mesa diretora como secretário-geral e, de igual forma, ninguém nunca ouviu fato que maculasse minha passagem pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Este é o pior momento da minha vida. Os jornais foram informados antes de mim da execução provisória da minha pena. Quando soube, apresentei-me imediatamente. É desesperador. Tive vontade de me matar, mas pensei no Gugu. Lá no fundo do meu coração, acredito que Deus não desistiu de mim. No meio do caos, da angústia e do desespero, creio que posso voltar ao primeiro amor da minha fé.

Em 1998, após liderar a greve da polícia, fui eleito como o deputado federal mais votado de Minas. Foi uma campanha quase toda feita com vendas de rifas no valor de R\$1,00. Veio a reeleição, e um empresário chamado Luiz Antonio Trevisan Vedoin, à época, dono da maior empresa de ambulâncias do Brasil, procurou-me. Naquele tempo, não havia nenhuma suspeita sobre ele. Vedoin vendia ambulâncias por meio de licitação para o Ministério da Saúde, para a Polícia Rodoviária Federal e até para o Ministério Público Federal. Fiz indicações de emendas parlamentares de asfalto para cidades mineiras, mas nenhuma era executada. A assessoria da comissão de orçamento do Congresso Nacional orientou os deputados e os senadores que as emendas da saúde tinham, em parte, execução obrigatória. Esse empresário me doou, de junho a novembro de 2012, ano da eleição, R\$112.000,00 para a campanha, depositados na minha conta-salário no Banco do Brasil. Alguém envolvido em propina recebe valor em sua conta-salário?

Seu interesse em minha reeleição era continuar a ganhar licitações na área da saúde. Quatro anos depois, esse mesmo empresário foi preso e todos os parlamentares que receberam recursos de sua empresa foram processados. Eu nunca tive, enquanto deputado federal, um único prefeito. O critério escolhido para destinar a emenda de ambulância era ter um vereador da Polícia Militar. Foram ouvidos, pela Polícia Federal, prefeitos, vereadores, membros e presidentes de comissões de licitação. Nunca nenhum deles me viu, me conheceu pessoalmente ou sequer me deu ou recebeu de mim um centavo. No processo principal, que tramitou em Cuiabá, fui absolvido dos crimes de lavagem de dinheiro e de formação de quadrilha. Fui condenado por corrupção passiva, por ter recebido em minha conta pessoal a doação de R\$112.000,00 para a campanha eleitoral de 2012. Nesse processo, foram investigadas 20 emendas de 20 cidades, e fui condenado a quatro anos de detenção, convertidos a uma pena de prestação de serviços.

O Ministério Público Federal, ainda que todas as emendas tenham sido investigadas no processo principal de Cuiabá, pinçou uma a uma e ingressou com outras ações individuais, cidade por cidade. Fui condenado a seis anos de detenção em regime semiaberto. O STF decidiu que se uma pessoa for condenada em 1º grau e tiver sua sentença confirmada em 2º grau por órgão colegiado, obedecendo o duplo grau de jurisdição, deve começar a execução provisória da pena, independentemente de recurso ao STF ou STJ. No meu caso, nunca tive sentença de 1º grau. Por prerrogativa de função, fui julgado somente em uma única instância. Ainda assim, de forma inédita, o TRF mandou executar a pena. Até a pena de prestação de serviços foi executada provisoriamente.

Enfim, estou nas mãos de Deus e da Justiça. Tudo isso me leva a uma reflexão que muitos não vão entender: pecado tem nome e tem consequências. Não acho que a Justiça tenha sido injusta, mas talvez, desproporcional, devido ao momento que vivemos. Um dos processos está prescrito, e estou preso. Isso é matéria de direito, e deveria ser reconhecido de ofício pelo juiz. Por fim, obrigado a todos pela misericórdia a mim dirigida. Em especial, obrigado ao Corpo de Bombeiros pela imensa misericórdia. Está doendo muito. O desespero e a dor são muito grandes. Mas vai passar. Eu imploro para que protejam e orem pelos meus filhos e por minha esposa. Não deixem os adversários explorarem e perseguirem minha família. Cuidem do Gugu. Ao meu Deus, meu Senhor e Salvador, peço que não desista de mim. Cabo Júlio. 9/6/2018”.

Ele escreveu esta carta antes de saber que tinha sido dada uma liminar que tratava da prescrição do primeiro processo. O juiz deu a prescrição do primeiro processo, e, no segundo, estão aguardando que seja cumprido o regime semiaberto, para o qual foi condenado. Ele está no regime fechado.

Então, aqui, queremos prestar as nossas homenagens, solidariedade à família nesse momento de dor e queremos dizer o seguinte: temos de ser amigos, estarmos próximo das pessoas justamente nesses momentos de dificuldades que vivem. Isso é uma questão de sentimento cristão, isso é uma questão de misericórdia. E mais do que isso, penso que o Cabo Júlio tem plena razão. Ele foi condenado por um grau só de jurisdição, que é o STF. E não era uma questão no Supremo, porque o próprio Supremo entendeu que os recursos declaratórios, que prefigurariam um segundo grau de jurisdição na condenação, estão sendo obedecidos em termos do Supremo. Então não se poderia ter um pedido de execução de sentença sem ele ter essa garantia de que tivesse um duplo grau de jurisdição de condenação. Então, independentemente dos fatos, o Cabo Júlio já fala por si nos fatos, ele dá uma demonstração de grande sinceridade, uma grandeza enorme no seu posicionamento, que merece ser reconhecido. Quando ele explica muito claramente como se deu o processo, essa é uma forma corajosa de abordar a questão. Muito corajosa.

Só gostaria de dizer que, na condenação dele de seis anos, o Ministério Público Federal arguiu um desvio de R\$4.000,00 no processo licitatório para condenação de 2º grau, quando vemos malas e malas de dinheiro, contas na Suíça de valores absurdos de milhões, e nada acontecer.

Ele não critica a Justiça, mas levanta a questão da desproporcionalidade. Acredito que tem plena razão. Ficam o nosso apoio, a nossa solidariedade, a nossa amizade ao Cabo Júlio.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não vou deputado, João Leite, me contrapor à fala do deputado Durval Ângelo, mas a história é muito diferente da aqui contada. Não vou adentrar no mérito dessa questão. Acho que os autos do processo falam por si só. Mas o cidadão que está lá fora nos acompanhando, as pessoas que nos acompanham pelas galerias, o cidadão pagador de imposto merecem mais respeito com a coisa pública. Se há uma coisa que o cidadão cobra de todos nós, e não é só do Parlamento, mas também do Tribunal de Contas, do Ministério Público, do Judiciário, é o respeito à coisa pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, deputado Durval Ângelo, talvez V. Exa. possa encampar, como líder de governo, pois seria muito importante o seu apoio nessa condição, uma proposta de emenda à Constituição que pretendemos apresentar. Já conversei, inclusive, com o deputado Cristiano Silveira e com V. Exa. na reunião do Colégio de Líderes. Estamos com um projeto em andamento em Brasília, mas a Assembleia de Minas poderia dar um pontapé, deputado Antônio Jorge. Digo isso pelo conhecimento que tenho da pessoa de V. Exa., deputados Dalmo e João Leite, pois com certeza a Assembleia de Minas pode dar um passo muito importante para se ter um pouco mais de zelo com as pessoas e com os cidadãos.

Neste momento, vai ser apreciado pela comissão especial um projeto de lei cujo relator é o deputado Rubens Bueno, do PPS do Paraná, que regulamenta o teto remuneratório do funcionalismo. Vai ser apreciado agora na comissão especial. Deputado João Leite, ele coloca o teto para ser respeitado. Infelizmente, ao longo dos anos, servidores do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Executivo receberam acima do teto. Temos denúncias gravíssimas hoje de que servidores da Fazenda recebem R\$80.000,00, R\$90.000,00. Estarei aqui, deputado Durval Ângelo. Se V. Exa., como líder de governo, puder assinar a proposta de emenda à Constituição que apresentarei, faria muito bem, pois, se V. Exa. assinar, os deputados da base de governo apoiarão, com certeza. Vamos apresentar uma proposta de emenda à Constituição para extinguir todo e qualquer penduricalho nos salários do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Estamos vivendo um momento, deputado João Leite, em que não dá para fugir desse debate. Estamos atravessando um momento, deputado Antônio Jorge, em que é necessário ter a iniciativa de dizer ao cidadão, que paga imposto e paga o salário de todos nós, que também conseguimos fazer uma autocrítica, que conseguimos enxergar a balbúrdia que existe. Há promotores, há um procurador, deputado João Leite – apresentamos um requerimento na comissão – que em dezembro do ano passado recebeu R\$182.000,00. E qual é o teto, deputado? O teto é R\$33.700,00, que é o do ministro do Supremo Tribunal Federal. O subteto dos

estados é R\$30.471,00. Todo e qualquer deputado da Assembleia está dentro do teto. A nossa remuneração está no portal transparência. Um deputado recebe R\$25.322,00 de salário. Os que não têm empréstimo, não têm desconto recebem R\$16.000,00 líquido. Nem com o auxílio-moradia dos que o recebem, que não é meu caso, o salário não chega sequer ao subteto. Mas aí você encontra salários no Tribunal de Contas de R\$50.000,00, de R\$60.000,00, e também no Ministério Público, no Judiciário. Há salários de servidores da Fazenda de R\$80.000,00, R\$90.000,00. No Tribunal de Justiça Militar há pensionista ganhando R\$120.000,00. E pergunto: se o Estado está em crise, se o País está em crise, esse projeto, do qual o deputado Rubens Bueno será o relator, tinha de ser aprovado urgentemente.

Nesta Casa, deputado Durval Ângelo, sob a presidência do deputado Adalclever Lopes, todos se enquadraram dentro do teto, mas antes não era assim. Havia servidor aposentado ganhando R\$50.000,00, R\$60.000,00, R\$70.000,00. O presidente Adalclever Lopes não deu uma publicidade a isso, deputado Antônio Jorge. Ele fez o que deveria fazer. Pegou a decisão do STF e disse: “Cumpra-se na Casa”. Mas todo mundo fica calado, ninguém mexe uma palha. Por que no Judiciário ninguém toca no assunto? Porque quem deveria provocar, que era o Ministério Público, não o faz porque copia, copia as mesmas mazelas, como auxílio-livro, auxílio-moradia, auxílio-saúde, auxílio-alimentação. A maioria dos parlamentares desta Casa não toca nesse assunto, tem receio de tocar nesse assunto. Mas não dá, deputado Antônio Jorge, para vermos tanto dinheiro ser destinado a determinados órgãos e Poderes e outros necessitando dele.

Apresentaremos essa proposta de emenda à Constituição e queria muito que o líder de governo a assinasse conosco. Quero colher a assinatura dos 76 deputados em exercício. Quem sabe assim, junto de toda a Assembleia assinando uma proposta de emenda à Constituição, vamos acabar com isso? Há um teto, mas os Poderes e os órgãos não cumprem esse teto. Aí você vai encontrar outros que queriam ganhar a 12ª parte do que ganha um auxílio-livro de um membro do Ministério Público e do Judiciário. O auxílio-livro é de R\$15.000,00 por ano. Se dividirmos isso por 12, dá R\$1.250,00. Há muita gente querendo ganhar esse salário no serviço público. Não estou falando lá fora. Lá fora há milhões. Deputado João Leite, queria conclamar os nossos colegas deputados para fazermos esse esforço. Na Assembleia, deputado Durval Ângelo – V. Exa. e o deputado João Leite são testemunhas –, o presidente Adalclever Lopes fez um esforço gigantesco. Houve economia. A Assembleia foi o único dos Poderes e órgãos que não pediu suplementação orçamentária, porque o presidente Adalclever Lopes fez o dever de casa.

O deputado Durval Ângelo* (em aparte) – Deputado Sargento Rodrigues, quero apartear-lo para dizer que este parlamentar assina com muito prazer essa PEC. Creio que é um problema grave essa questão, porque vemos que a discussão do governo atual é falar em reforma da Previdência para a base da pirâmide, o que não representa o volume de gastos maiores da Previdência. Se não tomarmos consciência da necessidade de acabarmos com todos os penduricalhos relacionados ao salário e, de fato, estabelecermos um teto obrigatório, teremos sempre subterfúgio para pagamento diferenciado. Inclusive, entendo que nenhum penduricalho poderia ser pago além do teto, mesmo que fosse direito que não foi pago na época referida. Isso deveria vir como algo expresso.

Portanto assino com prazer e alegria. Concordo com isso. Mas hoje somos 77 deputados em exercício nesta Assembleia. Na plenitude do seu mandato, somos 77.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – É porque um já pediu licença porque está em cumprimento de pena, deputado Durval Ângelo. Tomei conhecimento de que está em cumprimento de pena e está de licença. Ouvi isso do próprio presidente da Assembleia. Se o presidente falou, não há como contestá-lo.

Indago ao deputado Antônio Jorge se deseja fazer uso da palavra. (– Pausa.) Tivemos aqui, Deputado Antônio Jorge, a palavra do líder de governo, que será muito importante para a propositura dessa PEC. V. Exa. tem a palavra.

O deputado Antônio Jorge* (em aparte) – V. Exa. toca num ponto de muita ressonância hoje na sociedade. O mal-estar instalado na vida pública é derivado de um cenário tão complexo que somos bombardeados diariamente com notícias de corrupção e

de malfeitos. O sentimento da sociedade em relação aos abusos do poder público vem criando verdadeira situação de esquizofrenia entre aqueles que militam com honradez e honestidade na vida pública e aqueles que têm o espaço público como de locupletação e benefício pessoais. Creio que urge que nós, que trabalhamos pela boa política e pela edificação da vida republicana, assinemos não só essas medidas, deputado Sargento Rodrigues, mas um conjunto de outras normas que ponham limites à grandiosidade do Estado e ao abuso do Estado perante o cidadão. Na questão salarial, que é de fundamental importância, diria a V. Exa., com alguma humildade, já que não sou jurista, que, inclusive, não nos falta norma. Tanto é que o nosso presidente ordenou nesta Casa o limite de teto baseado numa posição já jurisprudencial. Então, não creio que falem leis, mas, realmente, decisão política. Os abusos acontecem cotidianamente, com alguns termos já muito antigos e desgastados, seja direito adquirido, seja lá o que for. Nada, nem mesmo o direito adquirido, pode ser exercido em detrimento do coletivo e do bem comum.

Quero dizer a V. Exa. que seremos signatários dessa e de tantas outras medidas também urgentes, do próprio Parlamento, para que sejam tomadas. Por exemplo, é só situar agora o nosso Parlamento e dizer que é descabido não descontar o dia de trabalho do deputado que não comparece a esta Casa. Somos signatários de uma emenda constitucional, da qual creio que V. Exa. foi proponente, com a qual temos compromisso, porque isso pautou a minha vida, uma vida de trabalhador.

Temos de ser assim e refutar resoluções também do passado recente desta Casa, que permitiram que deputados migrem para o Executivo levando benesses do Parlamento, conjunto de servidores ou verba de gabinete ou o que for. É muito importante que a sociedade cobre de todas as instâncias da forma correta agora, no momento eleitoral, identificando aqueles que, de fato, trabalham pela edificação da República e de uma boa prática política. Além disso, temos que começar deixando claro que não aceitamos os abusos, os excessos e as apropriações, sejam a que título for, no salário. Esse é o primeiro passo.

Creio que esta Casa já deu uma contribuição quando limitou o teto de gastos. Mas temos de ir adiante e combater, de todas as formas, esse gigantismo de desperdício do Estado Brasileiro.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Parabenizo o colega deputado Antônio Jorge. A PEC já está em minhas mãos. A assessoria a encaminhou.

Peço a V. Exa., porque conheço o seu trabalho, e vou pedir também aos deputados Dalmo e João Leite que assinem essa proposta.

Inicialmente, estamos apresentando um texto para eliminar determinadas resistências que existem aqui, dentro do Parlamento. Aquilo que se sobrepuser ao teto só será pago se houver sentença com trânsito em julgado, deputado Dalmo. Isso está escrito na PEC. Essa PEC vai moralizar de vez a questão salarial no Estado de Minas Gerais. É uma vergonha o que...

Muito obrigado, deputado João Leite, por assinar conosco a PEC. Já que o líder do governo, conforme manifestou-se, vai assiná-la, tenho certeza de que vamos obter a assinatura de todos os deputados.

Não é possível, deputado Dalmo, que a gente veja servidores de poderes e órgãos recebendo salários acima de R\$100.000,00, enquanto outros estão recebendo seus salários parcelados em três vezes e sem a reposição da perda inflacionária há quatro anos. A única válvula de escape que havia para os servidores era o empréstimo, deputado Antônio Jorge, para colocar suas contas em dia. Entretanto, o governo Fernando Pimentel, do PT, deu calote nas instituições financeiras, e os bancos cortaram o empréstimo consignado e ainda colocaram o nome do servidor no SPC e no Serasa. Então, a covardia que se faz hoje com o conjunto dos servidores públicos de Minas Gerais é algo jamais visto no Estado. São dois anos e meio de parcelamento de salários, quatro anos sem a reposição da perda inflacionária e um desvio escandaloso dos valores relativos ao repasse obrigatório da verba patronal e ao desconto que é feito no contracheque do segurado tanto do Ipsemg quanto do IPSM.

Quanto ao IPSM, deputado Dalmo, são verbas que já passam de R\$3.000.000.000,00. O governador, deputado João Leite, está em cometimento de crime permanente. O art. 315, deputado Dalmo, fala da destinação de verbas públicas diversas daquelas

previstas em lei. Ou seja, ele tem de recolher a contribuição do servidor e a obrigação patronal e enviá-las para o Ipsemg e o IPSM. O que ele faz? Ele manda para o caixa único. O desvio é criminoso. Existe um tipo penal específico para isso. Enquanto isso, deputado Dalmo, a gente vai vendo servidor do Judiciário, membros do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e de tantos outros órgãos, como o Tribunal de Justiça Militar – não dá para chamar aquilo lá de Justiça, viu, gente? – recebendo salários exorbitantes. A gente não está cometendo nenhuma gafe aqui, não; é Tribunal de Justiça Militar. Lá há pessoas que recebem salários de R\$90.000,00, R\$100.000,00, R\$120.000,00. Como exemplo, cito o contracheque de um procurador aposentado, de dezembro de 2017, no valor de R\$182.000,00. Então, essa PEC é muito importante. Precisamos dar um basta nisso, deputado João Leite.

Tenho de reconhecer que ganho um excelente salário como deputado estadual. Então, tenho de dar conta de viver bem com o meu salário. Deputado João Leite, se o valor ficasse limitado ao teto do Supremo, já acertaria, deputado Dalmo, para todo o mundo. Mas, não; eles não querem só R\$33.700,00. Eles querem R\$40.000,00, R\$50.000,00, R\$60.000,00, R\$70.000,00, R\$80.000,00. Sempre há um subterfúgio, deputado Antônio Jorge, para burlar o teto estabelecido em Brasília.

Para encerrar, deputado Dalmo e deputado João Leite, vou mencionar esta matéria do *Estadão* de hoje: “Fim dos penduricalhos deve reduzir gastos da ordem de R\$2.300.000.000,00”. Posso garantir que esse valor é maior. Isso é só no nível federal. Se aplicarmos isso aqui no Estado, tenho certeza de que o valor obtido dará para colocar o salário dos servidores públicos em dia.

Tenho certeza de que daria. E daria também para fazer muitas outras ações e prestar um serviço público de melhor qualidade. É assim que eu penso, deputado João Leite, e espero contar com o apoio de V. Exa., do deputado Dalmo, do deputado Antônio Jorge e do deputado Durval, que assumiu o compromisso de assinar a nossa PEC.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO Nº 56/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: de 12/5/2018 até 11/5/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3. 90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 64/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Unidata Automação Ltda. Objeto: contratação de serviços de gerenciamento de abastecimento da frota de veículos da contratante e de fornecimento de combustível (gasolina comum, álcool comum hidratado e óleo diesel). Objeto do aditamento: revisão de preços de combustíveis. Vigência: a partir de 21/4/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 67/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Objeto: prestação de serviços de transporte de telecomunicação, via rede óptica, para transmissão de sinais de áudio e vídeo. Objeto do aditamento: alteração subjetiva do contrato celebrado com a Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom –, que passa a ser executado, nas mesmas condições originariamente ajustadas, pela sua incorporadora, ora contratada. Vigência: a partir da data de assinatura, pelo prazo remanescente do contrato CTO/139/2017.